

Boletim informativo

CONEXÃO

Edição nº 02 | Abril 2023 | Periodicidade Quadrimestral

20ª AG da ARMFA

PR recomenda abordagem conjunta dos desafios de estradas em África

Pág 3



Mobilizado financiamento junto da USAID

Pág 11



Programas de estradas exigem 20.2 mil milhões neste 2023

Pág 7

FICHA TÉCNICA



Propriedade:
Fundo de Estradas, FP
Redação e Fotografia:
Repartição de Comunicação e Imagem
Tiragem:
300 exemplares)
Impressão e maquetização:
SN Gráfica

Mais de mil milhões investidos na manutenção de estradas no âmbito do PROASME

Pág 13

Cá estamos, uma vez mais!



Ângelo Macuácuca, PCA do FE, FP

Caros colegas e parceiros do Sector de Estradas, tal como prometemos em Dezembro de 2022, cá estamos uma vez mais, nesta que é a segunda edição do Conexão, o Boletim Informativo do Fundo de Estradas, FP.

A presente edição aborda diversas matérias ligadas as actividades do FE, FP, e do Sector de Estradas no seu todo, com destaque para o valor do Orçamento de 2023 e a respectiva distribuição, os desembolsos efectuados no ano passado e os trabalhos preparatórios em curso para o arranque do programa “Estradas Mais Seguras para Integração Sócio Económica de Moçambique”, financiado pelo Banco Mundial e cujo enfoque é a reabilitação da N1.

Ainda entre os assuntos de destaque figura a 20ª Assembleia Geral da Associação dos Fundos de Manutenção de Estradas de África (ARMFA) que o FE, FP e o país no geral acolheram entre os dias 1 e 6 de Abril na cidade de Maputo.

Ao folhear este nosso segundo número, o caro leitor verá as diferentes abordagens nas quais a 20ª Assembleia Geral da ARMFA foi tratada desde a abertura oficial feita por Sua Excelência o Presidente da República à síntese dos debates havidos, passando pelo posicionamento da nossa tutela sectorial e dos parceiros de desenvolvimento sobre os ganhos que os Fundos de Estradas trazem ao continente africano.

Pela sua importância na mobilização de recursos financeiros para o sector, o Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME) é um dos temas desta segunda edição, estando o enfoque nas receitas colectadas durante o ano passado e nas perspectivas da inclusão de outros troços na iniciativa.

Notícias sobre a primeira sessão do estudo de legislação na qual se aprofundou as normas de fiscalização prévia e sucessiva dos actos e contratos na Administração Pública, bem como as celebrações 27 de Abril, Dia do Sector de Estradas, também corporizam a edição diante de si.

Tal como dissemos no lançamento, este boletim está muito longe de ser produto acabado. Vamos recheando-o a cada edição com sugestões que nos forem chegando de todos lados na busca de melhorias. É neste sentido que criamos um novo espaço, Cara do FE, no qual passaremos a trazer o perfil de um colega que se notabiliza pelo seu desempenho no quotidiano em prol da instituição.

Prometemos continuar a aprimorar este boletim, visando torná-lo um instrumento útil de comunicação das nossas actividades e esperamos contar, sempre, com as vossas contribuições.

Desta forma, conecte-se ao “Conexão” e tenha uma boa leitura!

O PCA do FE, FP

Prof. Doutor Ângelo Macuácuca

ABERTURA DA 20ª ASSEMBLEIA GERAL DA ARMFA

PR recomenda abordagem conjunta dos desafios de estradas em África



Presidente da República, Filipe Nyusi, orientou, a 3 de Abril de 2023, a cerimónia de abertura oficial da 20ª Assembleia Geral da Associação dos Fundos de Manutenção de Estradas de África (ARMFA) e encorajou os membros da agremiação para uma actuação conjunta perante os desafios que o continente enfrenta no desenvolvimento da rede de estradas. Entre os desafios, o Chefe de Estado destacou a necessidade de mobilização de recursos adicionais para o financiamento dos investimentos incluindo o reforço da participação dos utentes e do sector privado na manutenção de infra-estruturas; o combate à vandalização e respeito às normas sobre o uso das estradas, obedecendo os limites de carga e contribuindo para a durabilidade e redução da sinistralidade rodoviária; a elaboração de projectos de estradas que sejam amigos do ambiente de modo a estabelecer o equilíbrio entre o desen-

volvimento e a protecção ambiental. Falando concretamente de Moçambique, o Presidente da República garantiu que o Governo vai continuar a mobilizar recursos para financiar a reabilitação de toda a extensão da Estrada Nacional Número Um (N1) até à Ponte da Unidade Nacional, na fronteira com a Tanzânia. Segundo o Chefe de Estado, neste momento está já se tem assegurado o financiamento da reabilitação de 1.052 quilómetros da N1, junto do Banco Mundial, havendo também, no mesmo sentido, negociações, e já em fase avançada, com Millennium Challenge Corporation (MCC). Relativamente a esta questão, Filipe Nyusi referiu que o comité de avaliação do MCC assegurou o financiamento de 500 milhões de dólares norte-americanos para o próximo compacto, aguardando-se pela aprovação por parte do Conselho de Administração da instituição.

Após a cerimónia de abertura, seguiu-se a conferência técnico-científica com 27 temas agrupados em seis sessões. As apresentações e os debates, inseridos no lema “Alinhando o Financiamento Sustentável às Necessidades do Sector Rodoviário em África”, estenderam-se até ao início da noite do segundo dia, 4 de Abril. Cecília Chamutota, vice-ministra das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, que encerrou a conferência, disse que Moçambique, à semelhança de outros países africanos, continua a enfrentar enormes desafios para a construção, reabilitação e manutenção das infra-estruturas rodoviárias para a promoção do comércio regional. Referiu que a nível regional e continental há também a necessidade de se reforçar a coordenação na planificação e implementação dos programas de estradas regionais que garanta a complementaridade dos sistemas de transporte.

Seis sessões cinco pontos-chave



A 20ª Assembleia Geral da ARMFA teve dois dias reservados para o seminário técnico-científico no qual foram feitas 27 apresentações agrupadas em seis sessões, cujos debates resumem-se em cinco pontos essenciais que deverão ditar o futuro da associação.

As seis sessões foram dedicadas ao debate de temas relacionados com as parcerias institucionais e o papel dos Governos no financiamento das estradas, a manutenção e acessibilidade rural, novos mecanismos de financiamento das estradas, mudanças climáticas e tecnologias de informação e comunicação (TICs) na gestão e financiamento dos activos rodoviários, bem como experiências na implementação de Parcerias Público-Privadas (PPP's).

Foi destes debates que os delegados em representação dos 35 Fundos de Manutenção de Estradas e os convidados concluíram haver necessidade de chamada de atenção para os Governos de que “não é a economia que faz boas estradas mas sim as boas estradas fazem a economia”; da urgência da implementação de um adequado sistema de gestão dos activos rodoviários para a priorização da aplicação dos limitados recursos na garantia do nível de serviço das estradas, considerando que a obtenção de fundos não é por si só condição de sustentabilidade da rede.

Ficou igualmente nítido que se regista uma regressão dos Fundos de Manutenção de Estradas da 2ª para a 1ª geração, bem como o declínio das taxas de combustíveis decorrente da elevada eficiência do uso do combustível pelos veículos, resultando na redução da disponibilidade financeira para a manutenção.

A eminência de desaparecimento dos Fundos de Estradas devido a este declínio e a necessidade de se introduzirem mudanças funcionais que se centrem na identificação de novas fontes de receitas foi outro ponto realçado.



A necessidade de os Governos desenvolverem legislação para reduzir os riscos dos vários modelos e iniciativas de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e para que contribua na atracção do sector privado e acesso aos vários pacotes de financiamento disponibilizados pelas instituições financeiras foi a quinta conclusão das diversas apresentações e debates havidos nos primeiros dois dias do evento.

O seminário técnico-científico foi o primeiro momento da Assembleia Geral da ARMFA teve a participação de cerca de 200 delegados vindos de vários pontos do continente africano e de convidados nacionais.

O segundo momento foi a sessão a porta fechada da Assembleia Geral da ARMFA que culminou com a eleição de novos órgãos da Associação.

GALA DOS 20 ANOS

Ministro Carlos Mesquita fala dos ganhos da Associação



pectos tais como: a necessidade de reflexão sobre mecanismos alternativos de mobilização de financiamento para os programas de estradas tendo em conta o aparecimento de viaturas eléctricas e movidas a gás que ameaçam o declínio das receitas das taxas sobre os combustíveis que são actualmente a principal fonte de financiamento para a manutenção; a necessidade de introdução de medidas de maior racionalidade e eficiência no uso dos fundos disponíveis para os programas de estradas, por forma a garantir o “value for Money”, bem como a melhoria da coordenação entre os fundos de estradas e as agências de implementação.

Ficou igualmente patente a necessidade de expansão da implementação do modelo de contratos baseados em resultados e desempenho para a manutenção de estradas como forma de garantir a sustentabilidade dos investimentos.

Na óptica do ministro Mesquita, precisa-se ainda de intensificar a promoção do envolvimento dos utilizadores na comparticipação para o financiamento de estradas e de se sistematizar o conhecimento adquirido nas duas décadas da existência da ARMFA quanto a garantia da existência de um fluxo regular de recursos, sua racionalização e transparência.

A Assembleia Geral da ARMFA que o Fundo de Estradas, FP, e o país no geral acolheram coincidiu com a celebração dos 20 anos da Associação. Discursando no jantar de gala, Carlos Alberto Fortes Mesquita, ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, falou dos ganhos da existência da ARMFA para os países membros destacando a introdução de outras fontes de financiamento

para a manutenção, como o princípio de utilizador pagador; a capacidade acrescida de mobilização de recursos junto dos parceiros de desenvolvimento; a aposta no desenvolvimento de corredores regionais; a coesão regional entre os fundos de estradas que compõem os grupos focais, entre outras.

Quanto aos ganhos do encontro, o ministro disse que o país reteve as-

ASANRA defende tecnologias ajustadas às mudanças climáticas

A Associação das Agências Nacionais de Estradas da África Austral (ASANRA), que também esteve na 20ª Assembleia Geral da ARMFA, defende o estudo de soluções de engenharia de custo aceitável ajustadas às mudanças climáticas para a sua implementação na manutenção, reabilitação e construção de infra-estruturas rodoviárias.

O engenheiro Elias Paulo, Director Geral da Administração Nacional de Estradas, IP (ANE, IP) e actual presidente do

órgão regional, assume que as mudanças climáticas trazem novos desafios para a gestão rodoviária, num cenário em que a maior parte da rede foi construída há mais de 40 anos e os seus elementos não estão ajustados à situação.

Neste sentido, aponta ser necessário a introdução, no processo de gestão da rede de estradas, de aspectos de adaptação e de resiliência das infra-estruturas rodoviárias aos novos fenómenos climáticos.

Falando durante o seminário técnico-científico inserido na 20ª Assembleia Geral da ARMFA, o presidente da ASANRA referiu-se igualmente a questões de manutenção, destacando que a realização destas de forma inadequada impacta grandemente na qualidade dos serviços de transporte e, consequentemente, na economia e nos serviços sociais.

“As agências têm que garantir que as estradas se mantenham com um nível de serviço aceitável para os utentes” indicou para depois acrescentar que “para conseguir este objectivo é necessário adoptar uma metodologia de contratação virada para o alcance do mesmo”.

Para o efeito e segundo Elias Paulo, os Fundos de Estradas são chamados a garantir o financiamento adequado das actividades de manutenção.

Relativamente as novas metodologias de contratação exemplificou com o OPRC, que é um modelo de contrato baseado no resultado e desempenho, explicando que elimina o risco de o dono da obra pagar os trabalhos realizados mesmo que estes não satisfaçam as suas expectativas.

Ao medir os resultados atingidos e o desempenho, o modelo OPRC apresenta outras vantagens tais como a redução de custos através de aplicação de tecnologias e procedimentos de trabalho efectivos e eficientes; melhora a transparência para os utentes, contratante e contratado em relação à condição esperada da estrada; melhora a condição geral da rede de estrada e a respectiva gestão, para além de partilhar os riscos. No fecho da sua apresentação feita no dia 3 de Abril, o gestor, que já foi Presidente do Conselho de Administração do FE, FP, disse que as agências devem adoptar sistemas eficientes de gestão da rede, precisando que esta actividade tem de ocorrer de forma comercial e virada para a provisão do melhor nível de serviço ao utente.



Recomendou ainda para que as taxas cobradas para os Fundos de Estradas sejam usadas exclusivamente para trabalhos de manutenção, assegurando que os utentes mostram-se disponíveis para contribuir financeiramente quando têm a certeza de que o valor que pagam será efectivamente usado para a melhoria das estradas.

A ASANRA foi criada em Março de 2001 no contexto do Protocolo sobre os Transportes, Comunicações e Meteorologia da SADC.

Moçambique assume tesouraria da ARMFA



Moçambique é, desde 05 de Abril e até 2025, responsável pela gestão da tesouraria da Associação dos Fundos de Manutenção de Estradas de África (ARMFA), devendo nesta posição continuar como membro do Comité Executivo do órgão continental.

A eleição do Fundo de Estradas, FP (FE, FP), instituição através da qual o país está filiado nesta organização, foi na sequência do fim do mandato e é em reconhecimento do trabalho demonstrado durante os dois anos na liderança do Grupo Focal da África Austral da ARMFA, que vinha sendo exercida desde 2021.

Para além da pasta de tesouraria, a sessão a porta fechada da Assembleia Geral da ARMFA culminou com a eleição de outros novos órgãos da Associação, nomeadamente o Presidente e o 1º e 2º Vice-Presidentes, bem como as lideranças dos quatro Grupos Focais.

Desta forma, a composição do Comité Executivo compreende, Presidente da ARMFA –Camarões; 1º Vice-Presidente – Uganda; 2º Vice-Presidente – Serra Leoa e; Tesoureiro –Moçambique. Os quatro Presidentes dos Grupos Focais são Lesoto (África Austral), Quênia (África Oriental), República Centro Africana (África Central) e Níger para a África Ocidental.

Programas de estradas exigem 20.2 mil milhões neste 2023

Cerca de 20.2 mil milhões de meticais deverão ser aplicados nas actividades do sector de estradas durante o presente ano de 2023, esperando-se que resultem na melhoria de transitabilidade em diversos pontos do país.

O dado, que consta do Plano Anual de Actividades e Orçamento do Fundo de Estradas, Fundo Público (FE, FP), aponta para uma redução em pouco mais de mil milhões de meticais comparativamente ao ano passado, em que as acções do sector contavam com cerca de 21 mil milhões de meticais.

Dos 20.2 mil milhões de meticais, 9.1 mil milhões serão fundos internos tais como receitas fiscais e próprias, bem como taxas sobre combustíveis, rodoviárias e de portagem. Do valor remanescente, 5.9 mil milhões de meticais deverá vir de donativos de parceiros de desenvolvimento e perto de 5.1 mil milhões de créditos a serem concedidos por instituições financeiras internacionais, de acordo com o Plano Anual de Actividades e Orçamento do FE, FP.

Entre as actividades a serem viabilizadas pelos 20.2 mil milhões de meticais, destaque vai para o Plano Económico

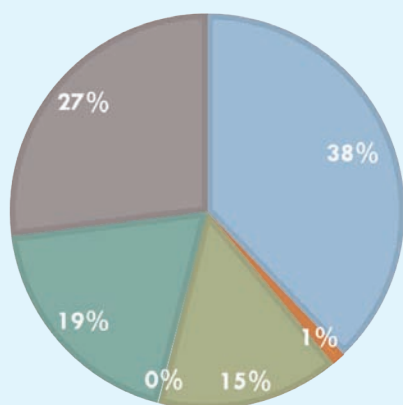


e Social e Orçamento do Estado (PE-SOE 2023) que prevê a asfaltagem de 81 km de estradas nacionais e regionais; reabilitação de 60 km de estradas nacionais; reabilitação de 730 km de estradas distritais; manutenção de rotina de 15.030 km e periódica de 310 km;

O PESOE 2023 preconiza ainda a reabilitação e manutenção de 19 pontes, bem como a construção de 12 novas; manutenção de 28 básculas; sinalização de 700 km de estradas; elaboração de seis estudos e projectos de engenharia, para além de melhoramentos localizados de 1638 km.

Desafios e perspectivas

■ Banco Mundial
■ União Europeia
■ Banco Africano de Desenvolvimento
■ USAID
■ JICA
■ Eximbank da Índia



Nos desafios e perspectivas, o Plano Anual de Actividades e Orçamento do FE, FP destaca a necessidade de mobilização de recursos adicionais para cobrir o défice orçamental para implementação de acções adicionais do Projecto Integrado de Desenvolvimento de Estradas Rurais (IFRDP na sigla inglesa) e reparação de danos causados pelas tempestades tropicais Ana e Gombe; Consta ainda a mobilização de financiamento para assegurar a implementação do Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME) e necessidade

de assegurar a distribuição de recursos aos órgãos descentralizados para a implementação dos programas de estradas e garantir que a execução seja efectiva, sobretudo ao longo do primeiro semestre. De realçar que neste ano de 2023 as realizações do sector de estradas deverão ser marcadas pela conclusão de projectos estruturantes como a reabilitação das estradas Macia-Chókwe, na província de Gaza, e Tica-Buzi-Nova Sofala, em Sofala, bem como da construção da nova ponte sobre o Rio Save, em Inhambane.

Desembolsados 15 mil milhões para agências de implementação



Pelo menos 15.733 milhões de Meticais foram, durante o ano passado, desembolsados pelo Fundo de Estradas (FE, FP) para as agências de implementação de projectos, o que corresponde a uma realização de 66 por cento do previsto e uma diminuição em sete por cento, se comparado a 2021.

De facto, o FE, FP funcionou durante o ano de 2022 com um orçamento de 24.010 milhões de meticais, sendo que este nível de desembolsos, considerado baixo, está associado em grande parte a redução da taxa sobre os combustíveis que teve como origem a aprovação, pelo diploma ministerial nº 75/2022, de 30 de Junho, das medidas de mitigação do impacto da subida do preço dos combustíveis líquidos, que foram implementadas no cálculo da estrutura de preços.

Entre as agências de implementação consta a Administração Nacional de Estradas (ANE, IP), os 154 distritos e os 53 municípios do país, sendo que cada uma destas instituições leva à cabo programas de manutenção ao seu nível.

No global e de acordo com o Relatório de Execução Orçamental e Financeira do FE, FP, foram desembolsados 2.405 milhões de Meticais para a manutenção

de estradas, o correspondente a 55% de realização, com destaque para obras de nível provincial que aumentaram em 9% em relação ao igual período de 2021, absorvendo 1.703 milhões de Meticais.

O remanescente deste montante de 2.405 milhões foi aplicado em estradas municipais (441.4 milhões) e distritais (259.75 milhões), de acordo com o relatório.

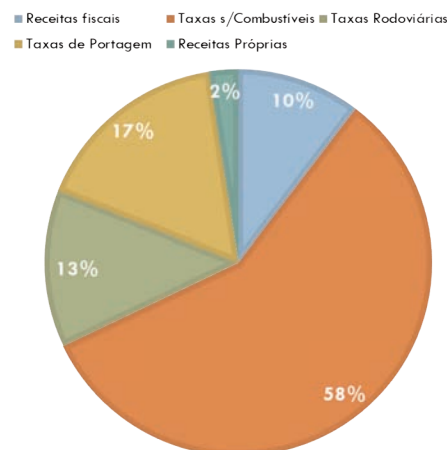
Relativamente a taxa sobre os combus-

tíveis, a principal fonte de receitas para os programas de manutenção de estradas, o documento indica que de Janeiro a Abril a média mensal de arrecadação foi na ordem de 468 milhões de Meticais. Contudo, com a redução das taxas sobre os combustíveis, as receitas mensais baixaram a partir de Maio. Até Dezembro, as perdas totalizam 2.254 milhões de Meticais, o equivalente a 40% da receita prevista.

Desafios de 2023

Entre os desafios da Gestão Financeira do FE, FP para o presente ano destaca-se a necessidade de buscar mais recursos para liquidação da dívida do Sector de Estradas, no montante de 7.004 milhões de Meticais.

A identificação de mais parceiros de desenvolvimento para apoiar os projectos de reabilitação de estradas e pontes e a melhoria da capacidade institucional através da concessão efectiva da autonomia para permitir busca de mais financiamento para a manutenção de estradas são outros desafios.





Ministro Mesquita inaugura delegação do FE em Inhambane

O Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Carlos Mesquita, inaugurou, na manhã da quarta-feira 21 de Dezembro, o edifício da Delegação do Fundo de Estradas (FE, FP) na província de Inhambane, cuja entrada em funcionamento veio melhorar as condições de trabalho neste fundo público.

Trata-se de um edifício de dois pisos com uma área total de 514 metros quadrados que contempla gabinetes de trabalhos, salas de reuniões e compartimentos de apoio construído no bairro Chalambe e fruto de um investimento de cerca de 53.6 milhões de meticais desembolsados pelo próprio Fundo de Estradas, FP.

A construção do empreendimento, que assenta num terreno de 1700 metros quadrados, arrancou em Março de 2020 e durou 18 meses, tendo sido imediatamente ocupado, uma vez que a instituição vinha funcionando, desde 2009, em condições menos



condignas nos anexos do edifício da Direcção Provincial das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. O Ministro, que se fazia acompanhar

pelo Governador de Inhambane, Daniel Chapo, reconheceu que a nova Delegação do FE, FP, emprestam uma beleza arquitectónica à cidade e reco-

mendou para que se cumpra com o plano de manutenções.

Na sua intervenção, disse que “o edifício que acabamos de inaugurar foi projectado para atender ao desenvolvimento e modernização funcional da Delegação e para responder a um número cada vez mais crescente de funcionários, impulsionado pela implementação do Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas, podendo atender actualmente a cerca de 50 técnico incluindo os afectos às portagens”.

O edifício de Inhambane segue aos de Niassa e Tete. Neste momento estão em fase de finalização as novas instalações para as delegações de Maputo e Nampula, esperando-se que brevemente arranquem as obras de Sofala. Na sua intervenção, Daniel Chapo, enalteceu o papel do FE, FP, na mobilização de financiamento e respectiva alocação nos programas de estradas, bem como na assistência feita aos dis-



tritos e municípios da província. A comitiva do Ministro foi recebida por uma equipa da instituição liderada pelo Presidente do Conselho de

Administração, Ângelo Macuácuca, e pelo Delegado Provincial, Moisés Nunes Chico, que mostraram as instalações.

... e exige mais do Sector de Estradas



A crescente necessidade de transitabilidade e mobilidade rodoviárias para dinamizar as actividades económicas e sociais requer que o Sector de Estradas seja mais actuante, persistente e criativo na busca de fontes alternativas para construção, reabilitação e manutenção de estradas.

A constatação foi feita a 21 de Dezembro por Carlos Mesquita, Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, discursando na cerimónia de inauguração do edifício da Delegação Provincial do Fundo de Estradas (FE, FP) em Inhambane.

O Ministro disse que tais fontes alternativas podem ser à se-

melhança do Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME), que, “apesar dos seus desafios demonstrou, no seu primeiro ano, resultados encorajadores e promissores com a melhoria das condições de transitabilidade nas estradas abrangidas”.

Deu como exemplo a N1 em Inhambane, concretamente os troços Mangungumete/Save, já intervencionado, e as obras ainda em curso de manutenção periódica entre Chissibuca e Lindela, bem como os trabalhos de manutenção de toda a extensão nesta província.

“Encorajamos ao Sector de Estradas e o FE, FP, em particular, a continuar com as acções de envolvimento dos utentes e do empresariado em actividades de reabilitação e manutenção de estradas”, disse.

Ainda no seu discurso de inauguração da Delegação do FE em Inhambane, Carlos Mesquita disse “estamos cientes do desafio de prover o país, no geral, e a província de Inhambane, de forma particular, de uma rede de estradas de qualidade por isso temos estado a envidar esforços na mobilização de financiamento para a construção de estradas e pontes nesta província”, dando como exemplo os esforços empreendidos pelo Governo na mobilização de recursos junto dos seus Parceiros de Desenvolvimento, em particular do Banco Mundial, para a implementação do Programa Estradas Mais Seguras Para Integração Sócio Económica de Moçambique, devendo ser reabilitados, a partir do ano de 2023, troços críticos da Estrada Nacional N1, incluindo Pambara/Rio Save, na província de Inhambane.

“A construção da nova ponte sobre o Rio Save, com financiamento total do Orçamento de Estado revela, também, o compromisso do Governo em assegurar uma melhor transitabilidade na nossa rede de estradas”, disse.

Sector de estradas mobiliza financiamento junto da USAID



O Fundo de Estradas, FP (FE, FP) e a Administração Nacional de Estradas (ANE, IP) assinaram, a 8 de Março de 2023, um acordo de financiamento com a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para a segunda fase das obras da estrada regional R698, que liga Montepuez e Mueda, na Província de Cabo Delgado.

O financiamento é de dois milhões de dólares americanos e será aplicado na melhoria de diversas obras de arte e infra-estruturas de drenagem naquela estrada, que neste momento serve de via alternativa para o acesso ao Distrito de Mueda e outros pontos da parte norte de Cabo Delgado devido à insegurança no corredor principal Sunate-Macomia-Mueda.

A carta de implementação foi assinada pelos representantes máximos das três instituições, nomeadamente Ângelo Macuácu, Presidente do Conselho de Administração do FE, FP, Elias Paulo, Director Geral da ANE, IP, e Helen Pataki, Directora da USAID em Moçambique.

Discursando na ocasião, Ângelo Macuácu disse que os eventos climáticos que ocorrem sistematicamente no País danificam a rede de estradas e agravam a capacidade do Sector em responder atempadamente às necessidades, situação que obriga a uma reflexão profunda

sobre a melhor estratégia de gestão do activo rodoviário nacional.

Apesar das dificuldades existentes, segundo o PCA do FE, FP, tem havido esforço da parte do sector em implementar actividades que assegurem transitabilidade, em particular nas zonas rurais, através de manutenção de rotina e periódica e melhoramentos localizados, incluindo a construção de pequenas estruturas de drenagem.

Falou da importância da R698 no actual contexto da Província de Cabo Delgado

e agradeceu a USAID pela aprovação do orçamento adicional de dois milhões de dólares, que irá permitir a continuidade das obras e conferir maior resiliência aos eventos climáticos.

Por sua vez, o Director Geral da ANE, IP explicou que o valor será aplicado na construção de uma ponte em betão armado, valetas revestidas numa extensão aproximadamente de 2.5 km, 21 novos aquedutos, reparação de várias estruturas de drenagem, pavimentação de 4km de estradas e outras obras de protecção associadas.

A Directora da USAID apontou que o actual conflito em Cabo Delgado deixou muitas áreas inacessíveis, impedindo o desenvolvimento e crescimento económico e manifestou satisfação pelo facto da sua instituição juntar-se ao Sector de Estradas na busca de uma solução. Disse esperar que a doação americana possa ajudar a facilitar a prestação de ajuda humanitária e o movimento de pessoas deslocadas, aliviando o sofrimento dos afectados pelo conflito.

Sublinhou que a população de Cabo Delgado já não quer ouvir discursos, pelo que estes projectos concretos devem ser rapidamente materializados e concluídos dentro dos prazos e com os padrões de resiliência aos inúmeros desafios da província.



Mais de mil milhões investidos na manutenção de estradas no âmbito do PROASME

As portagens sob gestão directa do Fundo de Estradas, FP (FE, FP), geraram, em 2022, um total de 1.082 milhões de Meticais, valor que foi investido em obras de manutenção das estradas sob influência destas unidades de cobrança de taxas.

A informação consta do relatório do Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME), que detalha que, durante o ano passado, perto de 170 quilómetros de estradas foram alvo de obras de manutenção periódica e outros 2.034 quilómetros de manutenção de rotina.

“Em 2022, a receita global proveniente da cobrança de taxas nos 20 postos de portagem, totalizou 1.082 milhões de Meticais, o equivalente a USD17,11 milhões de dólares. Esta receita representa uma realização de 111% face à previsão de cobrança de 974 milhões de Meticais”, lê-se no documento.

Os 20 postos de portagens que funcionam em diversas estradas do país foram, durante o ano passado, cruzadas por 4.016.827 viaturas de todas as classes.

Entre as portagens directamente geridas pelo FE,FP, a de Chicumbane, na província de Gaza, é que arrecadou maior volume de receita, cerca de 175,9 milhões de Meticais, seguida da de Pungue-sul, em Manica, com 146 milhões de Meticais.

Dentre as causas do aumento da receita, que superou as previsões em 11%, o relatório destaca a entrada em funciona-



mento de sete novas portagens; introdução de novas taxas na portagem de Lúrio no âmbito do PROASME; melhoria no controlo da receita com a implementação do sistema electrónico; trabalhos de monitoria às portagens através dos vídeos-vigilância, para além de outras medidas de dissuasão de comportamentos desviantes.

Entre as perspectivas desde ano, destaca-se a continuação com as obras de manutenção periódica/reparações iniciais em curso, bem como o relançamento do concurso para a reparação da N301, Matambo/Songo na província de Tete.

Consta igualmente o aprimoramento de outras actividades tais como a segurança rodoviária, melhoria de atendimento e assistência aos utentes nos troços de

estradas de influência das portagens.

O PROASME visa promover a preservação do investimento feito na rede de estradas através da arrecadação de receitas por meio da cobrança de taxas de portagens em complemento às fontes actuais de recursos para o financiamento da manutenção de estradas.

A sua implementação foi dividida em duas fases. A primeira fase foi composta por estradas em boas condições de conservação, necessitando apenas de pequenas reparações iniciais, manutenção de rotina por nível de serviço, e nestas estradas a construção dos postos de portagem iniciou de imediato em 2021.

A segunda fase do programa abrange 1.035 km de estradas que apresentam elevado estado de degradação e necessitam de reparações iniciais. Neste troço de estradas, está prevista a construção de seis postos de portagens. Apesar de ainda não existirem portagens, decorrem trabalhos de reabilitação e reparações iniciais, para que atinjam a condição de estrada boa.

Ao todo, o Programa abrange 3.800 km de estradas, nos quais foi planificada a operacionalização de 26 postos de portagem. Destas 18 são novas construções e oito resultam da requalificação das portagens de pontes para portagens de plena via.





Moçambique cede presidência da ASAFG ao vizinho Lesotho

Moçambique cedeu a presidência da ASAFG - Grupo Focal da África Austral da Associação dos Fundos de Manutenção de Estradas do continente (ARMFA) em Março último, passando o lugar a ser ocupado pelo Lesotho.

A mudança da liderança do grupo focal ocorreu durante a reunião ordinária realizada de 02 a 03 de Março de 2023, em Lusaka, capital da Zâmbia, e pôs termo ao mandato bienal que Moçambique, através do Fundo de Estradas, FP, ocupava desde 2021.

Desta forma, o Lesotho, por via do seu Fundo de Estradas, deverá liderar a ASAFG até o primeiro trimestre de 2025, altura em que o grupo focal realizará novas eleições.

De realçar que o Lesotho ocupava a pasta de vice-presidência durante o mandato em que o FE, FP presidiu a ASAFG.

A eleição do novo vice-presidente do órgão regional da Associação dos Fundos de Manutenção de Estradas de África ocorreu posteriormente e numa reunião extraordinária do Grupo Focal realizada, virtualmente, no dia 19 de Abril de 2023, na qual, por unanimidade, o cargo ficou com a Administração do Fundo de Estradas do Malawi.

Durante o seu mandato a frente dos des-

tinios da ASAFG, Moçambique defendeu a promoção de corredores rodoviários regionais como forma de minimizar o actual cenário em que uma determinada estrada apresenta-se em perfeitas condições de um lado e degradada do outro ponto da fronteira, dificultando a interligação que se deseja ao nível da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e até do continente, no seu todo.

A confirmar a importância da abordagem conjunta, na altura em que o FE, FP assumiu a presidência da ASAFG, o Banco Mundial acabava de aprovar o financiamento para o projecto de Comércio e Conectividade da África Austral, que preconiza a melhoria de estradas secundárias e terciárias para conectá-las ao Corredor de Nacala, para além da reabilitação de postos fronteiriços que ligam Moçambique com o Malawi, Zâmbia e África do Sul.



Chuvas geram danos na ordem de 18 mil milhões



As chuvas registadas na presente época, que se estende desde Outubro do ano passado a Abril corrente, causaram já danos nas estradas e pontes do país avaliados em cerca de 18.3 mil milhões de meticais.

Dados preliminares indicam que a província da Zambézia é a mais afectada, com danos avaliados em 5.7 mil milhões de Meticais seguida de Tete, onde as chuvas destruíram infra-estruturas na ordem de 3.3 mil milhões de Meticais. Niassa, com danos orçados em 2.5 mil milhões e Sofala (1.7 mil milhões de Meticais) são outros pontos do país severamente afectados pela época chuvosa e ciclónica 2022/23, que oficialmente terminou em Março último.

No geral, as chuvas e as consequentes inundações, correntes e transbordos de rios afectaram cerca de 13886 quilómetros de estradas, pouco mais de 5446 dos quais ficaram danificados. Há ainda registos de danificações em 47 pontes, 26 pontões, 29 drifts e 282 aquedutos, o que em alguns casos continua a condicionar e/ou restringir a circulação de pessoas e bens em diversos pontos do território nacional com reflexos na economia. À medida em que as condições atmosféricas e os níveis de água foram melhorando, as equipas do sector de estradas desdobraram-se para responder aos cortes das vias, restabelecendo, mesmo que sob limitações, a transitabilidade rodoviária nos pontos e/ou troços afectados.

Entre as intervenções imediatas que foram sendo feitas para a reposição da transitabilidade em função do abaixamento do nível das águas destaca-se a construção de desvios, aquedutos e valas de drenagem; reposição de aterros; reparação da plataforma (ravinas e crateras) e trabalhos de protecção a erosão. Em paralelo, foi-se fazendo o levantamento criterioso das necessidades de intervenção definitivas assim que o nível dos rios baixar e a busca de financiamento para a execução dos trabalhos.

Entre as bacias hidrográficas que mais causaram problemas na rede de estradas destaque para Maputo, Incomati, Buzi, Púngue e Zambeze.

Reagindo aos dados, Ângelo Macuácuá, Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Estradas, FP, disse haver indicações de que a época chuvosa 2022/2023 poderá ter sido uma das mais devastadoras da rede nacional de estradas na história recente do país.

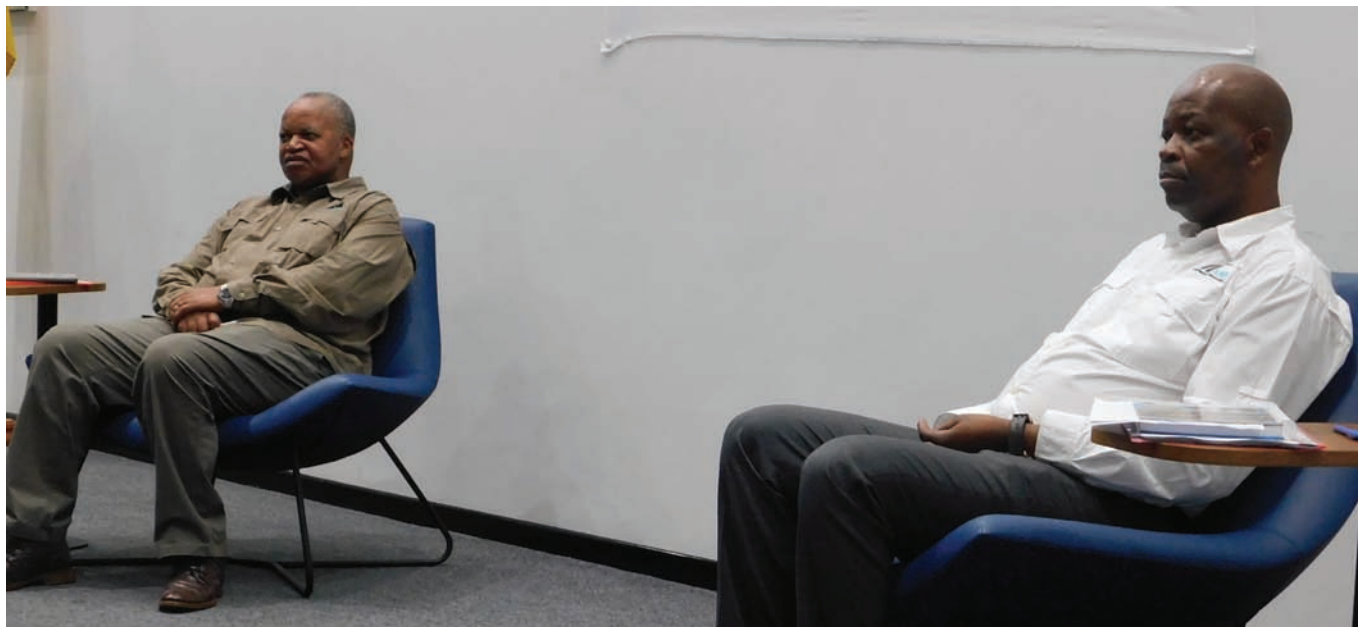
Orientou o FE, FP para que trabalhe em estrita colaboração com a ANE, IP na busca de soluções, o que inclui a consulta aos países vizinhos sobre os mecanismos que usam para gerir os seus orçamentos anuais e as emergências que surgem como estas das chuvas.

O orientação deve-se ao facto de as emergências desta época chuvosa necessitarem de 18.3 mil milhões de Meticais, uma verba próxima ao do orçamento do ano para o sector de estradas, que neste exercício económico é de 20.2 mil milhões de Meticais.

Relativamente a orientação sobre busca de experiências de outros países, há já contactos com Madagáscar e o Malawi, esperando-se que perceber como é que lidam com os danos anuais gerados pelos ciclones que enfrentam anualmente.



Sector de Estradas celebra ganhos focando nos desafios



A Administração Nacional de Estradas, IP (ANE, IP) e o Fundo de Estradas, FP (FE, FP) celebraram, a 27 de Abril, o 24º aniversário do estabelecimento do Sistema de Administração de Estradas com os olhos postos na busca de soluções para os actuais desafios do sector.

Entre os desafios, destaque para as constantes danificações da rede de estradas devido as situações de emergência manifestadas em ciclones tropicais que o país tem, ciclicamente, registado, a necessidade de garantia da transitabilidade rodoviária durante todo o ano, a resiliência das infra-estruturas, para além da necessidade de assegurar um financiamento dedicado a situações de emergências, manutenção e o desenvolvimento da rede rodoviária.

O Sistema de Administração de Estradas foi estabelecido em 1999 juntamente com a criação da ANE, sendo que desde esta altura o 27 de Abril ficou consagrado como Dia do Sector de Estradas.

Por ocasião da celebração da data realizada, na cidade de Maputo, o Director Geral Adjunto da ANE, IP, Miguel Coanai falou dos ganhos havidos desde 1999, destacando a expansão da rede de estradas revestidas.

Em 1999, o país contava com cerca de 4500 quilómetros de estradas revestidas

contra os pouco mais de 8500 quilómetros actuais, avanço que, segundo as suas palavras, foi graças ao empenho de todos os técnicos e gestores do sector.

Por sua vez, o Presidente do Conselho de Administração do FE, FP, Ângelo Macuácuca, saudou a “heroicidade” demonstrada na gestão das emergências geradas pela época chuvosa e disse ser necessária uma reflexão profunda para a integração das necessidades de resposta aos danos na orçamentação do sector, tendo em conta o seu impacto

financeiro.

No evento, que juntou técnicos e gestores das duas instituições, foram apresentadas duas plataformas digitais, sendo uma para gestão de contratos e a outra destinada a inventariação de obras de arte da rede de estradas principalmente aquedutos.

Reagindo sobre os dois sistemas, o PCA do FE, FP disse constituírem um passo importante rumo ao Sistema de Gestão de Estradas e apelou a todos para que contribuam na sua operacionalização.



Sector de Estradas aprofunda fiscalização prévia de contractos

Técnicos e gestores seniores do Fundo de Estradas (FE,FP) e da Administração Nacional de Estradas, IP (ANE, IP) participaram, a 22 de Fevereiro último, numa palestra intitulada “Fiscalização prévia e sucessiva dos actos e contratos na Administração Pública”, inserida no programa de estudo de legislação referente ao ano de 2023.

A palestra marcou o arranque do estudo de legislação, iniciativa que o FE, FP persegue há alguns anos visando melhorar a compressão por parte dos seus colaboradores, baixando o nível de atropelos nos procedimentos por desconhecimento das normas que regem as diversas actividades da Administração Pública.

O tema teve como palestrantes Alves Mendonça e Sidónio Guirruço, técnicos do Tribunal Administrativo (TA), instituição que vela pela matéria, e foi acompanhado por técnicos e gestores do FE, FP da sede em Maputo e os afectos às 10 Delegações Provinciais deste Fundo Público já com 20 anos de existência e a missão de mobilizar e disponibilizar financiamentos regulares para os programas de estradas.

Contrariamente a outras sessões, esta teve a participação de técnicos e gestores da ANE, IP, a principal agência de implementação de programas de estradas.



Os palestrantes falaram da importância da fiscalização prévia e sucessiva dos actos e contratos na Administração Pública, destacando a obrigatoriedade legal de toda a despesa que se efecti-

var ter o respectivo processo de contratação, sob pena de estar-se a incorrer numa ilegalidade passível de responsabilização.

Dada a importância do tema, a palestra foi bastante interactiva, com os participantes a lançarem várias questões com a finalidade de garantir que os seus procedimentos diários estejam sempre dentro da legalidade exigida pelo TA.

No entanto, em relação aos projectos de estradas, a execução dos programas de emergência continua a ser um grande desafio, dado o paradoxo de ter de cumprir normas e ao mesmo tempo atender necessidades imperiosas da população, como é o caso de assegurar o tráfego e garantir a transitabilidade.

“Fiscalização prévia e sucessiva dos actos e contratos na Administração Pública” foi o primeiro de um rol de 12 temas a serem tratados durante o presente ano no âmbito do programa de estudo de legislação no FE, FP.





Estrada Tica-Buzi-Nova Sofala executada acima de 85 por cento

Os trabalhos de reabilitação da estrada N288/N281 entre Tica, Búzi e Nova Sofala na província de Sofala, incluindo a construção de duas pontes, tem já um grau de execução de quase 90 por cento, visto como satisfatório.

Com uma extensão de 134 quilómetros, as obras de Tica-Buzi-Nova Sofala iniciaram-se em Julho de 2018 com uma duração prevista de três anos e estão orçadas em cerca de 140,7 milhões de dó-

lares norte-americanos desembolsados pelo Exim Bank da Índia.

A obra foi adjudicada à firma AFCONS Infraestruturas Ltd e decorre sob fiscalização da WAPCOS/Aarvec.

O relatório da obra fornecido pela Administração Nacional de Estradas, IP (ANE, IP) aponta que até meados de Abril o progresso físico era de 85,14 por cento, estimando-se que por estas alturas tenha-se aproximado mais ainda dos 90

por cento.

A obra inclui a construção de duas pontes, concretamente sobre os rios Búzi e Muda.

Vale precisar que a ponte sobre o Búzi está na fase de acabamentos enquanto que a que liga as duas margens do Muda foi já concluída.

O projecto criou, até ao momento, 1620 postos de trabalho, sendo que destes 16 foram para mulheres e 14 são de técnicos expatriados.

Aquando do lançamento da primeira pedra das obras em 2018, o Presidente da República, Filipe Nyusi, falou da importância desta estrada, destacando que servirá para facilitar o escoamento da produção agrícola e de matéria-prima das açucareiras, principalmente a cana-de-açúcar, entre o posto administrativo de Tica, no distrito de Nhamatanda, e o vizinho Búzi.

Sem a estrada asfaltada, esta zona de Sofala enfrenta enormes dificuldades de transitabilidade, principalmente nas épocas chuvosas, havendo casos em que em certos troços a circulação torna-se impossível, limitando o fluxo da economia local e da província.



Nova ponte do Save em acabamento

As obras da construção da segunda ponte sobre o rio Save, bem como as da reabilitação da antiga, na Estrada Nacional número um (N1) na província de Inhambane estão praticamente concluídas, estando-se neste momento na fase de acabamentos.

Os trabalhos arrancaram em Julho de 2018, com uma previsão de terminarem três anos depois e estão orçados em cerca de 3.6 mil milhões de Meticais do Orçamento do Estado e canalizados através do Fundo de Estradas, FP (FE, FP).

São executadas pela firma China Road and Bridge Corporation (CRBC), a mesma que construiu a ponte Maputo-Ka-Tembe e a Estrada Circular de Maputo, e são fiscalizadas pela empresa MzBetar, mas com acompanhamento constante da Administração Nacional de Estradas, IP (ANE, IP). Dados fornecidos pela ANE, IP, precisam que o progresso físico das estruturas da obra é de 99%, o que compreende a ponte principal e os viadutos de acesso, bem como a reabilitação da ponte suspensa, a que desde sempre garantiu a travessia do rio unindo a margem sul, na província de Inhambane, e a norte, já em Sofala.

Os trabalhos de acabamentos incluem, entre outros, a pintura dos guarda-corpos, remoção dos pilares provisórios na ponte principal, aprovisionamento de solos junto dos encontros e a preparação da base nas vias de acesso.



A nova ponte sobre o rio Save tem uma extensão de 1000 metros e foi projectada para responder ao aumento do tráfego na zona e a necessidade de garantir a segurança no tráfego, tendo em conta que a actual infra-estrutura já apresentava limitações.

Alias, foi neste sentido que a actual ponte suspensa com uma extensão de 890 metros foi completamente reabilitada dentro do mesmo projecto, o que elevou o seu período de vida útil e conferiu segurança no movimento de pessoas e bens de uma província à outra.



CASTIGO CHITOVELE

Uma das pedras fundadoras do FE



Chegou ao Sector de Estradas em Janeiro de 2001 no culminar de um processo de contratação de um contabilista pela Administração Nacional de Estradas (ANE). Trabalhou os 21 anos subsequentes sempre na área financeira até a sua aposentação nos finais de 2022.

Estamos a falar de Castigo Sautiane Chitovele, que à data do seu desligamento exercia as funções de Chefe de Repartição de Despesa e Execução Orçamental nos Serviços Centrais de Gestão Financeira do Fundo de Estradas, FP.

Na entrevista que concedeu ao “Conexão”, Castigo Chitovele contou que chegou ao Fundo de Estrada quando era ainda apenas um órgão dentro da ANE com menos de 10 funcionários. Deste modo, figura no grupo de quadros que testemunhou a criação do Fundo de Estradas através do Decreto do Conselho de Ministros nº 22/2003, de 20 de Maio, como um órgão do sector com as atribuições de arrecadação atempada das receitas próprias, promovendo a melhoria dos métodos de cobrança, bem como o financiamento necessário para a imple-

mentação das políticas do Governo sobre conservação e desenvolvimento das estradas públicas.

Nascido em Zavala, um distrito da província de Inhambane, no longínquo ano de 1958, Castigo Chitovele trabalhou em outras instituições ao longo da sua vida, desde as Lojas do Povo, L. Duarte dos Santos, Comissão Nacional de Reinser-



ção Social, entre outras, mas é no Sector de Estradas onde ficou mais tempo, 21 anos.

Confessa ter sido feliz no FE, FP, onde assumiu cargo de chefia na parte final da carreira, e recomenda aos colegas ainda no activo, principalmente aos mais jovens, a continuarem a dar o seu melhor para que a instituição avance.

As recomendações não pararam por aqui. Sensibilizou os colegas para que sejam sempre profissionais e se dediquem ao trabalho honesto e que nunca se deixem corromper, ressaltando que as situações não vão faltar, principalmente na área financeira, onde se lida com pagamentos aos prestadores de serviços, com destaque para empreiteiros, onde alguns aliciam os técnicos do FE, FP para que priorizem as suas facturas.

Pai de três filhos, que se orgulha de ter garantido a sua formação humana e académica, a nossa cara da presente edição falou dos seus momentos marcantes nos 21 anos de trabalho no Fundo de Estradas, destacando o período entre 2007 e 2008, altura em que conseguiu aperfeiçoar o uso da plataforma de gestão Primavera, permitido que ele e os colegas melhorassem a sua performance no trabalho diário e nos relatórios financeiros mensais.

“O momento em que consegui parame- trizar o Primavera e mostrar aos colegas como podíamos ligar com o software foi marcante para mim pois representou uma viragem na forma como trabalhávamos”, disse.

Disse nunca ter ambicionado cargos de chefia apesar de ter visto muitos colegas que entraram na instituição depois dele a ascenderem.

“Candidatei-me para ser contabilista e dei-me bem com todos os colegas neste meu trabalho. Não concorri para ser chefe”, disse. No entanto, acrescentou ser importante que a instituição valorize cada vez mais os técnicos pois isto vai motivá-los a produzirem mais e melhor.

? Perguntas frequentes sobre estradas



1. Quais são as fontes de receita do Fundo de Estradas, FP?

O Fundo de Estradas tem fontes de receitas internas e externas. As fontes internas são as Taxas Sobre os Combustíveis, Taxas Rodoviárias (cobrada a viaturas estrangeiras quando entram no território nacional) e Taxas de Portagem, Receitas Fiscais e Receitas Próprias. As fontes externas são créditos e donativos de parceiros de desenvolvimento.

2. Como funciona o modelo de financiamento do Sector de Estradas?

As taxas consignadas (Taxas Sobre Combustíveis, Taxas Rodoviárias e Taxas de Portagens) financiam a manutenção de estradas classificadas e não classificadas. Os recursos das Receitas Fiscais financiam os novos projectos de construção e reabilitação de estradas, incluindo estudo. Por sua vez, os financiamentos alocados por parceiros de desenvolvimento são, estritamente, destinados para os projectos específicos e acordados com o Governo para a construção e reabilitação de estradas.

Breves

Operacionalizado mecanismo de gestão de queixas do IFRDP

O Sector de Estradas acaba de operacionalizar o Mecanismo de Gestão de Queixas, Reclamações e Sugestões do Projecto Integrado de Desenvolvimento de Estradas Rurais (IFRDP na sigla inglesa), que decorre nas províncias da Zambézia e Nampula. Trata-se de um instrumento que permite evitar casos de exploração e abuso sexual, bem como outros males

susceptíveis de ocorrerem no decurso de empreitadas envolvendo o pessoal da obra e a população circundante. Para além do acesso através das páginas de internet da ANE,IP (www.ane.gov.mz) e/ou do FE, FP (www.fe.gov.mz), o mecanismo inclui conta com números de telefone grátis para denúncia, concretamente 849494, 849393, 99494 ou 99393.

Linha Verde para PROASME



Os automobilistas e demais públicos interessados poderão, doravante, obter qualquer informação que pretenderem sobre o Programa Auto Sustentado de Manutenção de Estradas (PROASME) através da linha verde criada para o efeito. A central

de atendimento do Programa é acessível através do número telefónico 1715 e visa, entre outras, esclarecer dúvidas sobre as tarifas, localização dos postos de portagens e responder a eventuais solicitações dos utentes ao longo das estradas.

Assembleia Geral da ARMFA



Dia do Sector de Estradas



7 de Abril Dia da mulher



ESTRADAS COM PORTAGEM, UM CONTRIBUTO PARA A MANUTENÇÃO

*TOLLED ROADS, A CONTRIBUTION TO
ROAD MAINTENANCE*

Antes

N1: Mangungumete/Rio Save



Depois

N1: Mangungumete/Rio Save



Estradas em melhores condições contribuem para:

- Redução dos custos de transportes;
- Redução do tempo de viagem;
- Redução dos custos de manutenção das viaturas;
- Facilidade de acesso às zonas de produção e consumo;
- Emprego permanente e sazonal.

Participe
na **MANUTENÇÃO**
Participate in Road Maintenance **de Estradas**

Por uma rede de Estradas de qualidade e segura
For Safe and good quality Road network

